



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) - Jaraguá

DATA: 18/11/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de vídeo
- Exposição em língua estrangeira

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Bom dia. A gente vai dar início à audiência pública. Então, na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 70ª audiência pública no ano de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online) e também pelo YouTube, no canal da TV Câmara São Paulo, Facebook da Câmara Municipal de São Paulo e TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o início de novembro no *Diário Oficial da Cidade*, dia 2, no jornal *O Estado de S. Paulo* e dia 3, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/2023 podem ser apresentadas pelo *hotsite* [www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas](http://www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audienciaspublicas).

As inscrições para pronunciamento podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão.

Peço licença, principalmente para as lideranças indígenas, para a gente poder realizar essa audiência aqui no Território Indígena Guarani.

Queria chamar aqui para a mesa a Maria Dinda dos Santos, que é liderança Itawera. (Palmas)

Depois vão chegar outras lideranças indígenas, a gente está esperando, eles estão a caminho.

E chamo também o Sérgio Rodrigues Gonelli, que é Subprefeito da Subprefeitura da Freguesia do Ó/Brasilândia, que já está aqui na mesa, o Sérgio está aqui com a gente. Chamo o Vladimir Fernandes, que está representando a Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha. Chamo também o Alex Marchiorato, que está representando a Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé. Também chamo o Marcelo Barbosa, que está representando o Subprefeito de Pirituba/Jaraguá. Chamo o Sr. Marcelo dos Anjos Pinheiro, que está representando o Subprefeito da Vila Guilherme/Vila Maria. (Palmas)

E a gente vai ter mais algumas lideranças indígenas que, quando chegarem, nós

vamos chamar para compor a nossa mesa.

Nós vamos iniciar a audiência com um vídeo que a SMUL preparou sobre o zoneamento de modo geral, para depois nos debruçarmos especificamente sobre o zoneamento na região da Terra Indígena do Jaraguá.

Queria chamar todo mundo para se sentar, pessoal que está chegando aí, se sentar aqui. Sejam bem-vindas, bem-vindos.

Também queria anunciar o Sérgio Fernandes dos Santos, que é liderança Pyau.  
(Palmas)

Podemos começar, então?

- Apresentação audiovisual.

---

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Terminada a apresentação do Executivo. O Armênio está como Secretário da SMUL e foi ele o responsável pela elaboração do projeto do Executivo que foi enviado à Câmara, que é o projeto que trata do zoneamento da Cidade.

Agora a gente vai partir para uma nova etapa, que é a apresentação da demanda específica aqui do Território Indígena, que inclusive foi trazida para nós pelos próprios indígenas, que nos mandaram uma carta, na época já do debate do Plano Diretor, e que nós vimos que era melhor a gente tratar dessa demanda agora no zoneamento.

Eu queria ler a carta. Ela vai conseguir ser projetada? Vai? Acho que eu até vou ler aqui, que fica melhor, que eu vou ler em pé. É uma carta importante, porque tem a principal demanda da terra indígena.

Eu enxergo bem de longe, não enxergo bem de perto. De perto eu preciso dos óculos, mas de longe eu até enxergo bem. Posso? Consigo.

“As comunidades indígenas das aldeias Pyau, Itakupe, Yvy Porã, Ita Endy, Ita Vera e Ytu, que compõem a Terra Indígena Jaraguá, articuladas na Comissão Guarani Yvyrupa, que

é a CGY, organização indígena autônoma representante do Povo Guarani no Sul e no Sudeste do País, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o número tal, correio eletrônico, assessoria jurídica tal, vem, respeitosamente, através deste, expor e propor o que segue.

De início, cabe lembrar que no dia 29 de maio de 2015 o Ministério da Justiça publicou a portaria de número 581 no *Diário Oficial da União*, declarando a tradicionalidade da Terra Indígena Jaraguá, com dimensão de 532 hectares, situada no Município de São Paulo, em observância ao texto constitucional do artigo 231, o qual determina ser reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No mesmo sentido da garantia constitucional de respeito e reconhecimento às especificidades culturais e sociopolíticas dos povos indígenas, cumpre afirmar que as comunidades Guarani da Terra Indígena Jaraguá têm garantido o direito à consulta livre, prévia e informada, nos termos da Convenção 169 da OIT, a qual foi ratificada em 2002 através do Decreto Legislativo 143 de 2002, entrando em vigor em 2003 no Brasil, tendo sido promulgada pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004 e que atualmente tem sua vigência no Brasil assegurada pelo Decreto 10.088, de 5 de novembro de 2019.

A Convenção 169 da OIT dispõe que o direito de consulta prévia deve ser observado para todo e qualquer ato legislativo e/ou administrativo que venha a afetar os povos e comunidades tradicionais em seus territórios. Ou seja, o direito à consulta e ao consentimento prévio, livre e informado deve ser considerado tanto no processo legislativo quanto na construção e implementação de políticas públicas e de projetos de grande escala, de exploração econômica e de infraestrutura.

Determina o artigo 6º da Convenção que os povos devem ser consultados mediante procedimentos apropriados, através de suas instituições representativas e que a consulta há de ser livre, informada e feita de boa-fé, além de as formalidades guardarem respeito às instituições internas de cada povo. Inclusive, é plenamente sabido na doutrina jurídica, na jurisprudência dos

tribunais deste país e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que há necessidade de cuidado especial com a forma como se procede à consulta. Quer dizer, não haverá consulta prévia, livre, informada e de boa-fé se não for cumprida uma forma procedimental não só aceita como definida pelo povo.

A forma indica a língua em que é feita a consulta, as expressões que devem constar sempre traduzidas a uma terminologia adequada e compreensível. Mas não é só. O respeito ao tempo de reflexão, compreensão e tomada de decisão é fundamental; e, ainda, quem, como e onde deve ser realizada a consulta.

Dessa forma, este instrumento digital, estabelecido pela Prefeitura de São Paulo para coletar informações acerca da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico de 2014 para a cidade de São Paulo, não corresponde à garantia de consulta livre, prévia e informada que tem o povo Guarani da Terra Indígena Jaraguá, seja pelo constrito prazo fixado pela submissão na referida plataforma digital, o que, de forma inconteste, aniquila qualquer aspecto livre garantido na Convenção 169, seja pela presença de mecanismos completamente alheios às particularidades culturais e constitutivas da comunidade indígena, revelando o desrespeito ao aspecto informado estabelecido pela Convenção 169.

Apesar do exposto, as comunidades Guarani da Terra Indígena Jaraguá vêm participar deste procedimento administrativo no interesse de garantir os direitos de proteção do seu território, o modo de vida, como também o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservado para as presentes e futuras gerações.

É necessário informar que a Terra Indígena Jaraguá suporta um crescente histórico de avanço de empreendimentos como rodovias, Anhanguera e Bandeirantes, da especulação imobiliária, como a criação de condomínios residenciais, ocupações irregulares, intensificação de grilagens e o surgimento de indústrias de diversos portes, além da parcial sobreposição com o Parque Estadual do Jaraguá, Unidade de Conservação de Proteção Integral que, junto da área total da Terra Indígena, abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da Região Metropolitana de São Paulo e, em 1994, foi considerado pela Unesco um Patrimônio da

Humanidade, integrante da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e possuindo uma Zona de Amortecimento que objetiva a proteção do seu entorno frente aos possíveis danos e impactos ambientais.

Por todo o exposto, as comunidades Guarani da Terra Indígena Jaraguá manifestam extrema preocupação com o avanço dos empreendimentos na região, que adquirem a permissão de serem indicados por força do atual zoneamento urbano, ZEIS, de grande parte da região limítrofe à Terra Indígena e ao Parque Estadual do Jaraguá, valendo citar que alguns dos empreendimentos imobiliários, autorizados por força do atual zoneamento, distam apenas 250 metros dos limites da Terra Indígena e do Parque Estadual Indígena.

Alerta-se ainda para o fato de que a expansão imobiliária na região agrava os impactos tanto ao bioma Mata Atlântica como às comunidades indígenas, o que gera inclusive investigação do Ministério Público Federal e o ajuizamento de ações judiciais para a efetivação da proteção aos direitos indígenas e do meio ambiente, em face de alguns desses empreendimentos nas áreas adjacentes do Parque Estadual, da sua Zona de Amortecimento e da Terra Indígena, gerando um custo ao poder público que vai além do âmbito administrativo, fazendo aumentar o ônus do Estado, que suporta ainda a necessidade de provocação do Poder Judiciário na busca pela proteção de direitos.

Desta maneira, resta evidente a necessidade de revisar o zoneamento da área limítrofe à Terra Indígena Jaraguá, do Parque Estadual do Jaraguá e de sua Zona de Amortecimento, para que toda a área seja abarcada pela Zona Especial de Proteção Ambiental, Zepam, sendo um dos motivos principais a garantia constitucional e infralegal vigente de proteção aos seus modos de vida, costumes e áreas de ocupação das comunidades Guarani, da Terra Indígena Jaraguá e do meio ambiente, em especial do resquício do bioma Mata Atlântica presente na região. AGUIERETÊ.” (Palmas)

Só para explicar um pouco o histórico: durante a revisão do Plano Diretor, nosso mandato recebeu essa carta da comunidade aqui. Nós chegamos a levar essa carta a uma reunião com o Relator do Plano Diretor e ele nos disse, naquele momento, que o melhor

momento para debater isso seria agora, seria na revisão da Lei de Zoneamento, em que a gente vai decidir, no caso a Cidade e a Câmara Municipal, vai decidir o futuro zoneamento da Cidade.

É um zoneamento intermediário, não é uma mudança total do zoneamento, mas é esse momento que a gente teria para ver exatamente esse entorno e essas áreas limítrofes que fazem fronteira com a Terra Indígena Jaraguá. E é por isso que a gente chamou essa audiência aqui, para, principalmente, dar voz ao povo indígena e aos núcleos indígenas da Terra Indígena Jaraguá. Então esse é o nosso principal objetivo.

E agora a gente vai projetar um mapa que o nosso mandato elaborou, que é exatamente a demanda que vocês trouxeram, como ficaria o zoneamento, caso essa demanda fosse acatada pela Câmara Municipal. Então a gente pode passar o mapa agora. Pelo mapa, gente, vamos ver se todo mundo...

Tem como aumentar um pouquinho mais? Não? Já está no limite? Não, acho que está bom assim, porque dá para ver todo.

Pelo mapa, então, todos esses locais pontilhados são a Terra Indígena Jaraguá. Aí ele está sobreposto às cores, as cores são as zonas. Então onde está verde é área de Zepam. Onde está azul clarinho é área de ZEIS-2. Onde está azul mais escuro é área de Z-1. Onde está esse amarelo mais escuro é área de ZEP. Onde está rosa é ZMA. E tem as áreas de ZEUS que estão mais distantes, que estão para lá, que são essas mais laranjinhas. E tem as áreas de ZEUS excluídas que também estão mais distantes, que estão mais para lá também, lá no cantinho.

Então, pela demanda que foi trazida, o que a gente acha que deveria ser feito? Depois a gente vai abrir para as lideranças indígenas falarem. Seria transformar aquele azulzinho ali, que está ZEIS-2, que é aqui.

Tinha que ter uma varinha.

Que é aqui. Ele está rodeado de Zepam, mas é uma ZEIS-2.

Tem um laser?

Aqui onde é uma ZEIS-2, a demanda que os povos Guarani trouxeram para nós é que fosse transformada em Zepam. E aqui também, que é Terra Indígena, mas não está

demarcada como Zepam. Seria importante também a demarcação desse pedaço aqui como Zepam, que são exatamente áreas que estão muito perto. Aqui é Terra Indígena, mas não está demarcada. E aqui, apesar de não ser Terra Indígena, faz uma fronteira, muito limite com a Terra Indígena, então o ideal era que essa área também fosse preservada como Zepam.

É isso, Juliana - que é nossa assessora -, é isso que eu expliquei? Faltou alguma coisa? Não? Então está bom.

Antes de a gente abrir - a gente quer ouvir as lideranças indígenas -, a gente vai ouvir a Maria, depois o Tiago, que está chegando aí.

**A SRA. MARIA ARAPOTY DOS SANTOS** - Bom dia a todas e a todos.

- Palavra em idioma indígena.

**A SRA. MARIA ARAPOTY DOS SANTOS** - Primeiramente eu quero agradecer a Mesa, com todos que estão aqui, todos nós juntos.

Essa é uma luta que a gente está lutando já há anos, para o povo Guarani. A gente quer proteger essas áreas, né? Essas áreas de amortecimento ao meio ambiente. Uma área que não é de agora que a gente vem lutando, que a gente vem no diálogo para que se torne Zepam.

Primeiro, porque a gente vai cuidar dessas áreas. Nós temos áreas que estão danificadas, áreas que já estão sendo desmatadas, há nascentes enterradas, principalmente onde era da Tenda, têm mais ou menos umas oito, nove nascentes soterradas, que a gente quer que seja da Zepam, porque a gente quer fazer com que essas nascentes voltem a viver de novo.

Elas estão mortas, ali tem essas nascentes. A gente sabe que tem milhares de coisas nesse território. Não deveriam ter construído os prédios, porque derrubaram muitas árvores, acabaram com muitas vidas de bichinhos, animais, abelhas, muitas coisas que o povo Guarani protege e, do nada, se acabam, e querem acabar.

E a gente quer que vire Zepam, porque é só o nosso povo que pode segurar o meio ambiente, é só o nosso povo que pode fazer o reflorestamento, salvar essas nascentes, porque a água vale ouro.

A água aqui mesmo, Tekoa Pyaú, ela fica sem água dois, três meses. Temos outras

áreas da aldeia, dentro do território Jaraguá, faltando, lá falta água. Então a gente tem todo esse trabalho para defender essas áreas que estão em sobreposição ao parque, ajudar a proteger todas essas áreas que estão fora, não estão na demarcação. A gente quer que vire Zepam para nós termos a liberdade de cuidar e salvar essas matas que estão se acabando.

Todo mundo está vendo a preocupação que nós temos com a natureza, porque todos nós estamos sofrendo esse calorão imenso, esse sol quente que está trazendo muitos problemas de saúde para a nossa comunidade, por falta de água e esse calor. Mesmo com esse pouquinho de natureza que nós temos, até nós estamos sofrendo. Uma coisa que não deveria acontecer para ninguém. Era para todos nós estarmos nos mantendo com essa natureza, só que hoje nós sentimos na pele o que acontece quando a gente desmata.

Porque o Guarani não é a favor para desmatar. O Guarani sabe trabalhar por baixo das árvores sem precisar cortar. O Guarani trabalha com as suas roças por baixo das árvores. Se ele cortar duas árvores é por ser necessário, mas ele planta 15, 20 mudas ali para não deixar aqueles buracos, aquele estrago no meio da natureza.

Então eu acho que quando foi feita a carta, a gente pensava muito bem nessas áreas aí, para nós proteger. Eu mesmo tenho, acho que uns 30, 40 metros quadrados, onde eu moro, no Itaverá, ali eu fiz um reflorestamento.

Hoje está lá, depois de uns 20, 30 anos, está lá tudo bonitinho. Nós reflorestamos, nós plantamos. Por que nós fizemos isso? Porque a gente sabia que ia chegar esse clima neste tempo e, com certeza, a gente ia precisar de uma sombra para ficar embaixo dessas árvores.

Então eu acho que as áreas que a doutora estava falando, eu acho que deve virar tudo Zepam, principalmente aqui, porque nós estamos sofrendo invasões dentro do nosso território. Nós temos áreas dentro do nosso território que nós não podemos morar, porque há pessoas não indígenas morando dentro.

Vivemos na ameaça. A gente vive na ameaça de não poder nem pisar, sequer passar dentro do nosso território, porque se passarmos, nós morremos. Então a gente evita de entrar em conflito com essas pessoas.

Eu, principalmente, há quase 40 anos moro aqui no Jaraguá. Só vinham promessas, muitas promessas de subprefeitura, de prefeitura, de governos, a gente ficava esperando. Vinham só as promessas: a gente vai fazer, a gente vai fazer. Até que, graças a Deus, nós esperamos tanto para conseguir ter o direito de plantar, de colher, de cuidar e de salvar essas nascentes, que a gente tanto precisa delas.

Não só vai ficar bom para nós, como para todos que estão aqui. Tomar uma água, uma água pura, respirar um ar puro, ter uma saúde bem diferenciada, porque o que traz a saúde diferenciada para nós é a natureza.

Se não tiver natureza, não tem indígena. Onde tem indígena é onde temos a natureza. Só nós sabemos proteger, só nós sabemos trabalhar com as sementes nativas.

Então, eu acho que vocês estão de parabéns, a doutora principalmente, para nos ajudar e fazer virar tudo Zepam.

Eu acho que era isso que eu tinha para falar. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Maria, que é uma das lideranças.

Agora, gente, eu vou chamar outras lideranças indígenas para compor a mesa. Eu preciso dos nomes. O Sergio é o cacique, não é? Queria chamar o Sergio, que é cacique, chamo a Araju, que também é uma liderança indígena, uma mulher jovem, chamo também o Djekupe.

Maria, por que você saiu daqui, Maria?

Eu quero só dizer para os subprefeitos que é um momento muito especial, porque acredito até que os subprefeitos nunca tiveram a oportunidade de ouvir, no território indígena, as demandas que as lideranças indígenas estão trazendo.

Não sei se já teve uma outra oportunidade como esta, mas acredito que é uma oportunidade única para ouvir essas demandas. Então, primeiro eu passo para o Thiago ou para o Sergio? Primeiro para o Sergio?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – O Sergio está com a

palavra.

- Exposição em língua indígena.

**O SR. SERGIO FERNANDES** – Bom dia a todos. Primeiramente, quero saudar a todos pelo dia de hoje, a *Nhanderu*, um dia importante, e importante os órgãos responsáveis escutar a comunidade indígena no território do Jaraguá.

E viemos também com essa preocupação de área de zoneamento que a gente está discutindo. Hoje São Paulo sofre com calor. Por que está sofrendo com calor? Porque a população não entende que precisamos cuidar da natureza, do meio ambiente, para isso ainda existem, dentro de São Paulo, os povos indígenas.

Nós vivemos aqui no Pico do Jaraguá e ainda cuidamos dessa parte, que é um pouquinho que sobrou da Mata Atlântica. Então precisamos, juntamente com a população não indígena, ter um olhar mais cuidadoso com esse local, que é o território indígena do Pico do Jaraguá. Tem nascentes, tem animais que precisamos preservar, que estão vivendo momentos de extinção, alguns bichinhos dentro da natureza. Então trazemos isso à demanda da comunidade para ter um pouco mais de cuidado com a questão do parque, ter esse cuidado juntamente com a população não indígena. Precisamos desse apoio também. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Agora eu chamo a Araju também para fazer a sua fala.

**A SRA. ARAJU APOLINÁRIO MARTIM** - Bom dia a todos, muito do que já foi falado aqui, tanto pela Maria quanto pelo Sergio. Eu concordo com o que eles disseram, mas eu acho assim que é importante cada um de nós nos expressar e falar sobre esse assunto.

A preservação e o cuidado com o meio ambiente, com a terra, com tudo que há na natureza, por natureza própria do povo indígena, independente da etnia que seja. Como vocês devem saber, existem várias outras etnias além do povo Guarani, mas uma das semelhanças muito grande entre nós é o cuidado com a terra. Ter a terra não como um olhar de posse sobre ela, mas sim de fazer parte dela.

Nós somos corpo-território. Hoje em dia temos alguns parentes que usam o termo, a

palavra corpo-território. Por que corpo-território? Porque nós somos um organismo que funciona juntamente com a terra, nós temos que proteger porque nós fazemos parte dela. Nós conhecemos todo o ciclo natural, do tempo, das estações, das luas, da reprodução dos animais, e nós respeitamos muito isso. Desde sempre vem da nossa tradição, da nossa cultura, da nossa vivência, do nosso ser, nós somos isso. Então tem uma importância muito grande para nós a terra e tudo que há na natureza.

A minha avó era a Jandira, eu sou neta da primeira cacica, mulher, por isso eu tenho essa inclinação. Comecei a seguir o caminho de ser liderança para poder dar continuidade no que a minha avó deixou para mim como influência, de poder proteger, poder levar a palavra para a proteção da minha comunidade, para a continuidade das próximas gerações, e para que a gente possa cada vez mais proteger os nossos territórios.

Quando a minha avó chegou aqui, em meados da década de 60, ela tomava banho no rio que tem ali na Utu, ela lavava a louça, ela usava daquela água para beber, para fazer comida.

Hoje, aquele rio é totalmente poluído, não podemos nem sequer nos banhar naquele rio, que é muito sagrado, ele tem vida, ele tem o espírito, e a gente tem que respeitar. Hoje, nossas crianças não podem, mas, apesar de não poderem, acabam entrando naquele rio. Tem muitas crianças que acabam sofrendo as consequências, com problemas de saúde, por conta de ter contato com essa água contaminada.

Foi contaminada por quê? Pela presença do não indígena que não sabe cuidar. Falam que nós indígenas não somos civilizados, mas não somos nós que matamos os rios, não somos nós que acabamos com a natureza.

E além do rio, na época que minha avó veio para cá, não tinha ainda as Rodovias Bandeirantes e a Anhanguera, mas aqui tinha onça e outros animais que hoje não tem mais, por questão de o território ter diminuído e ter sido cercado por rodovias. Há muitos animais que antes viviam nesse território, mas que hoje já não são mais encontrados aqui.

Nós temos, sim, muita riqueza de diversidade animal, da flora, então o pouco que

tem nós precisamos preservar, cuidar e proteger. Nós já nascemos com a missão de ser guardiões da floresta, de proteger os nossos parentes, nós fazemos parte dessa natureza. Então, nós temos que proteger nossas irmãs árvores, nossos irmãos da flora, da fauna, então nós temos essa missão, nós nascemos com essa missão.

Desde pequenos nós já estamos na luta, passando por repressão policial, passando por vários conflitos com empreendedores, com representantes de imobiliárias que querem construir nos nossos territórios, mas jamais vamos desistir, jamais vamos nos calar e abaixar a cabeça, porque a gente vai lutar e se manter firme na luta para proteger o nosso território e tudo que há nele até o fim, independentemente de a gente ter que passar por tudo isso, por essas lutas.

E é muito importante, eu agradeço a participação, a presença de todos vocês que estão aqui hoje. Pela primeira vez tem audiência dentro do território indígena, sendo de grande importância a gente poder falar sobre nós por nós, porque muitas vezes são outras pessoas que falam pela gente, a gente não tem essa oportunidade de estar falando e se expressando para defender aquilo que faz parte de nós.

Hoje, nós temos que ter um papel comprovando que a terra é indígena, mas quando os europeus chegaram aqui tudo era terra indígena, então o Brasil é terra indígena, Jaraguá é terra indígena, São Paulo é terra indígena. Hoje nós temos que provar isso para a gente ter o direito de proteger as nossas terras.

Então se é desta forma, nós agradecemos que vocês estejam aqui, mas é de extrema importância que se avance esse processo de, realmente, tornar essas áreas como o Zepam, para que a gente possa proteger e estar respaldado pelas leis. Hoje em dia tudo é à base de leis, papéis que comprovem o que pode ou não pode, o que é ou não é.

Então que se acelerem esses processos, que essa lei que tem que ser criada para dar a forma que tem que ser consultada às comunidades indígenas, que venha acelerar esse processo para que realmente a gente possa ter a garantia dos nossos territórios protegidos, e toda a vida que há neles.

Essa é a minha palavra, eu agradeço muito.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Muito obrigada Araju, agora eu vou passar então a palavra para o Thiago, que é o Djekupe, também é liderança da aldeia indígena, do povo Guarani, no Jaraguá.

**O SR. THIAGO HENRIQUE KARAI DJEJUPE** - Bom dia a todos, quero agradecer a vinda de cada um de vocês. Esse dia para nós é importante, mas necessário manter, é necessário que esta audiência pública se multiplique em mais audiências públicas dentro do nosso território.

Nós estamos discutindo a Lei de Zoneamento, essa mudança do Plano Diretor. Nós no território temos uma preocupação, como o Sérgio, nosso *mburuvicha*, já falou, Araju também, nossa família sempre foi daqui.

Em 1580, chegou o Bandeirante Afonso Sardinha, nós sempre fomos daqui. Bandeirante esse que ficou conhecido como o matador de Carijós, que era assim que chamava o povo Guarani. Esse veio para minar ouro, desbravar o nosso território e ceifar nossas vidas.

Nesse processo de colonização, quando a vida ocidental desembarca em nossas praias, começa a se fundar a cidade de São Paulo, na Vila de São Vicente, matando os rios, as nascentes, poluindo a terra com suas bactérias, suas doenças, trazendo para cá tanta violência. Pensou-se em fazer com os povos indígenas as reduções, tirar-nos de nossos territórios, confinar-nos em áreas propícias a se tornarem vilas e cidades e obrigar-nos ao trabalho forçado. Ou você aceita isso, ou você vai ser caçado pela lei de guerra justa. Se você não aceita perder sua língua, se você não aceita perder sua cultura, se você se opõe ao pensamento do não indígena, você vai ser caçado, você vai ser torturado. Assim se formou a cidade de São Paulo no Pátio do Colégio. Essa é a história desta cidade. A cidade de São Paulo era formada por uma redução jesuítica do povo Guarani no Pátio do Colégio.

Todavia, nós existimos aqui, ainda. Nós não fomos extintos. Vocês estão dentro de uma terra guarani, onde vive o povo Guarani, onde muitos se recusam a falar a língua portuguesa e permanecem falando o idioma guarani. Ainda vivendo sobre esse pensamento, o Parlamento

brasileiro decidiu criar as leis de eugenia, de embranquecimento do Sul do país, onde por lei se autorizava a estuprar mulheres negras e indígenas para embranquecer a raça desta terra. Isso nós passamos. Isso é a história desse país. Não estou falando um mito ou algo que eu acho. Isso é registro. O branco, o não indígena, criou lei para embranquecer o país, vendo-nos como uma raça inferior.

Estou dizendo isso porque isso não acaba. O ciclo de violência tende sempre a permanecer, mesmo. É, realmente, um ciclo. Enquanto nós vivemos ciclos de renovação e de fortalecimento através do nosso *ara ymã* e do nosso *ara pyau*, da nossa mudança, da própria floresta, o não indígena vive sobre um sistema de renovação da violência, o tempo todo. O meu avô foi tirado do seu território, de Bagé, através de um processo de redução daquela comunidade que vivia no território de Bagé. Hoje, estão se retomando as áreas de terras indígenas naquela região, na fronteira com o Uruguai. Eram obrigados a caminhar em direção ao Sudeste para servirem como escravos do Porto de Santos na exportação de grãos, porque o país e a cidade de São Paulo estavam se desenvolvendo por meio dos grãos, por meio do café. Aí, era preciso abrir as ferrovias, ter as pessoas para carregar os sacos de grãos, ter os escravos. A abolição da escravidão já estava encaminhada, do povo negro, mas o povo indígena não era visto como seres humanos.

Essa história é recente. Nós só viemos ser sujeitos de direito a partir da Constituinte Brasileira. Antes da Constituinte Brasileira, nós éramos tutelados pelo SPI, Serviço de Proteção ao Índio, um serviço militarizado, na ditadura militar, que também escravizava a nossa comunidade, que proibia indígenas de sair do seu território sem uma autorização do posto militar da SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Isso é história. Isso é registro. Está no relatório Figueiredo. Os militares faziam cadeias em terras guaranis, em terras Krenak, em terras indígenas, para violentar o nosso povo. Faz pouco mais de 30 anos que vencemos a ditadura militar e conquistamos o nosso direito dentro da Carta Magna deste país.

O nosso povo, a nossa família, quando volta para esse território, volta na esperança de poder viver, de poder viver como um povo, como uma nação Guarani. Então, nós, os netos e

bisnetos de Dona Jandira, de Joaquim Koarã, crescemos aqui e nascemos aqui, tomando banho no rio, correndo por essa mata, esbarrando-nos com outros seres. Nós vivemos em comunhão com todos os seres, inclusive os seres não indígenas que vinham para o parque fazer suas festas, seus churrascos. Ia lá, igual a um macaco, igual a um quati, comer com eles e brincar.

De repente, a nossa infância vai se transformando muito rápido. Ainda pequeno, assisti a uma família – um senhor chamado Pereira Leite, o mesmo pai do Joaquim Pereira Leite, que sucedeu a Salles no Ministério do Meio Ambiente durante o Governo Bolsonaro – adentrar esta área em que vocês estão, a Tekoa Pyau, para oferecer um punhado de dinheiro para o nosso *txeramõi*, irmão do nosso *mburuvicha* Sérgio, dizendo que aqui era uma gleba, que pertencia a ele e que ele iria construir um acesso à Rodovia dos Bandeirantes, uma transportadora, com Graal. Sei lá o que ele queria fazer. Para isso, o nosso *txeramõi* tinha de tirar as famílias daqui e aceitar aquele punhado de dinheiro. O nosso *txeramõi* o levou até a Opy, a nossa casa de reza, e o questionou: como é que ele pensa que nós iríamos trocar o território a que somos pertencentes por um punhado de papel? Então, aquele homem acionou seus amigos militares e a nossa comunidade foi cercada por um monte de homens armados com fuzil, metralhadora. Essa é a memória de uma criança. Lembro-me dos meus primos, das crianças, todas em cima do muro, pequenas, com um arquinho deste tamanho, que só usávamos para brincar ou para fazer apresentação. Nós estávamos todos ali, vendo aqueles homens armados, querendo nos expulsar do território em que nós nascemos.

Assim vai se moldando esse pensamento que vocês têm do que é a terra, porque, enquanto nós somos pertencentes à terra, o não indígena se acha dono dela. Ele acha que pode ter posse sobre algo que ele não criou – criação da qual ele faz parte, mas que não criou. Fizeram a Rodovia Anhanguera, como a minha prima citou. Construíram uma torre de radiação no alto do pico. Construíram a Rodovia dos Bandeirantes – que matou quantas vidas do nosso povo, aqui? Construíram o Rodoanel. Já duplicaram essas rodovias, mas não se discutiu o impacto causado ao meio ambiente e à vida indígena que protege esse meio ambiente.

Nunca vocês, não indígenas, fizeram um estudo de impacto sobre essas obras que

vocês trouxeram às nossas vidas, que limitam o nosso caminhar, que limitam nossos sonhos, que perturbam nossos ouvidos e que levam a vida da nossa comunidade. Vocês nunca fizeram estudo de impacto ambiental, sociocultural, com componente indígena, que é lei.

O *diruá* tem o direito. Vocês têm o direito e o direito de vocês sempre é contemplado. Nós temos obrigação. Agradeço por você me chamar de Djekupe, porque, quando nós nascemos, nosso nome é dado através de uma cerimônia. Quando estamos ali, próximos a um ano de idade, há o *nhemongarai ykarai'i*, em que o nosso *txeramõi* e a nossa comunidade vão se reunir, rezar, celebrar. O nosso *txeramõi* vai conhecer o nosso espírito e vai dar o nosso nome. Então, a partir daí, ganhamos o nosso nome. Entretanto, por obrigação, nós temos de sair do hospital registrados, fichados, com o nome do branco. Nome, sobrenome, RG, CPF e tudo mais: é nossa obrigação – mas, e o nosso direito? Onde fica o nosso direito? Nosso direito é sempre negociável? A Convenção 169 da OIT nos garante a consulta livre, prévia, informada, de boa-fé, de tudo aquilo que vá afligir nossas vidas. O direito é negociável? A Portaria Interministerial 60, de 2015, nos garante que qualquer empreendimento tão próximo à terra indígena tem de passar por um estudo de impacto ambiental e sociocultural com componente indígena. Nosso direito é negociável? Vocês criaram as rodovias. Vocês criaram todos esses impactos e depois tentam legitimar, dizendo: “Ah, não, aquela comunidade já é aculturada. Já é acostumada com o impacto. Não são mais sujeitos dos direitos indígenas.” Contudo, nós nascemos aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Gente, é rapidinho. É uma emergência. Precisa sair um carro e há dois carros bloqueando-o. Os carros são EZP1F62 e PYF6270. Por favor, tirem os carros de lá. São dois e há mais dois carros na rampa, que estão travando a passagem de outro carro que precisa sair.

Desculpe, Sr. Djekupe.

**O SR. THIAGO HENRIQUE KARAI DJEKUPE** – Então, com isso, eu só vou contextualizar. Quando se discutem o Plano Diretor e o Plano de Zoneamento da cidade, vocês deveriam levar em consideração todos os impactos que vocês podem trazer a uma comunidade. Nosso território não tem saneamento básico e saneamento básico é o mínimo. Já está o nome

aí: “básico”. Quando não se tem saneamento básico dentro de nosso território, fica claro que é uma estratégia do poder público de continuar nos fragilizando, porque são contra o nosso processo de demarcação. São contra a nossa estruturação para a permanência e para a nossa soberania de vida. Quando nos negam o mínimo, o básico, quando negam à nossa comunidade uma escola adequada, vocês estão fragilizando nossas crianças, de modo a não conseguirem adentrar uma universidade, como os seus conseguem.

Esse Plano Diretor e esse Plano de Zoneamento que estão sendo discutidos hoje tendem a ser vistos como um ato ilegal, porque em nenhum momento nós fomos ouvidos. Vieram aqui, à nossa comunidade, falando que iam acatar nossas decisões, que iam entender, que iam fazer um estudo, que iam fazer um projeto de acordo com o nosso território, mas temos, na Raimundo, ali, próximo ao Hospital José Soares Hungria, o Hospital de Pirituba, uma grande devastação. O pouco de mata aonde os pássaros migram, até o pico, o pouco de floresta onde as abelhas polinizam, onde elas caminham, já foi derrubado, ali. Aqui, a Prefeitura deu para a construtora Tenda um documento, sem respeitar os direitos indígenas, para a construtora Tenda construir um condomínio gigantesco, derrubando mais de quatro mil árvores. Aqui, agora, do lado de onde a construtora Tenda está, na frente da nossa comunidade, estão querendo construir mais condomínios, alegando que é conjunto habitacional social. Há tanto lugar nessa cidade, com prédios vazios devendo para o município, devendo para o estado, mas vocês preferem derrubar a nossa mata para vender o *marketing* do Pico do Jaraguá, para vender uma janela para a floresta de Mata Atlântica, matando o povo que vive aqui. Quando vocês decidem construir condomínios aqui, vocês colocam em ameaça a nossa vida, os costumes, a língua e a crença.

Isso é proposital. Vocês têm cientistas, geólogos, antropólogos, uma porrada de gente que trabalha para vocês. Vocês têm saberes, também. Vocês não são ingênuos. Vocês sabem exatamente quais são os impactos que vocês vão trazer sobre essa comunidade, mas, mesmo assim, insistem em fazer isso como um ato de extermínio do nosso povo que aqui vive. Cometeram muitos crimes, já, e eu me pergunto: quando é que os impactos que vocês trouxeram à nossa vida vão ser levados em consideração? Ou só vão continuar trazendo mais impacto e,

através desses novos impactos, vocês vão se justificando, para continuar trazendo mais impacto? É isso? Vocês cometem crime. Depois, vocês vão lá e legitimam esse crime. Vocês se abstêm. Vocês vão lá e se inocentam, para poder cometer mais crime contra nós? É isso que o não indígena faz, o tempo todo? É isso a que nós assistimos, o tempo todo?

Então, é necessário se articular mais audiência pública dentro deste território. É necessário se articular audiências públicas para se entender os impactos que vocês estão trazendo sobre nossa vida e de que forma nós vamos trabalhar juntos para minimizar esses impactos, porque vidas estão sendo perdidas. Neste ano, ainda alguns meses atrás, nós enterramos um jovem de 15 anos que a Rodovia dos Bandeirantes ceifou. Isso não pode continuar sendo mais normalizado e, quando tentamos dialogar com a Subprefeitura, com o Prefeito, com o estado, o que nós recebemos são portas fechadas. O que nós recebemos é o desinteresse em compreender esses impactos e a forma de vencê-los.

---

Eu senti essa importância de vir aqui. Desculpem falar tanto, mas eu não iria perder a oportunidade de manifestar aquilo que penso e que entendo, porque é difícil as pessoas nos ouvirem, principalmente dentro do nosso território. Nós estamos discutindo o mínimo, o básico. O Plano Diretor e o Plano de Zoneamento, quando se trata de algo tão próximo à terra indígena, têm de ser feitos por meio das leis que protegem a terra indígena, porque, senão, vocês vão cometer um crime. Claramente, aqueles que discutem esse processo não são ingênuos e sabem disso, mas nós também sabemos e, se não nos deixam viver, podem ter certeza de que nós vamos continuar resistindo, de que nós vamos continuar nos mobilizando, de que nós vamos continuar afrontando esse pensamento de destruição que nos trazem.

Nova Iorque, uma cidade em que São Paulo se espelha tanto, em que se reflete como um espelho, está afundando. Isso são dados científicos, geográficos. A cidade de Nova Iorque está afundando a cada ano e vocês querem trazer para a cidade de São Paulo arranha-céus sem limites de altura. Parece que vê a desgraça do outro e fala: vou fazer igual. Depois a gente foge para outro planeta. Não tem cabimento esse tipo de pensamento. Os governantes de hoje, os políticos de hoje, estão sentenciando a nova geração ao câncer. Estão sentenciando essa

geração à morte. Cada um que está na política, cada um que está governando esse país. Vocês têm que começar a refletir diferente. Nós estamos aqui para dialogar, para trocar. Nós sobrevivemos há mais de 500 anos mostrando que existem outras formas de se viver, além de uma forma de vida predatória que cobiça a vida. Obrigado. (Palmas)

**A SRA PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Djekupe. Gente, quero dizer que nós estamos fazendo essa audiência no território Indígena Guarani, exatamente, para possibilitar essa escuta, que muitas vezes não é realizada. Então, se nós estamos tratando na Câmara Municipal o Zoneamento, de uma revisão da Lei de Zoneamento que vai, de uma maneira ou de outra, afetar a vida da população Guarani que vive no território do Jaraguá, essa escuta é imprescindível. Então, a gente veio fazer essa audiência pública exatamente para possibilitar que essas lideranças indígenas falassem, que elas fossem ouvidas, e mais do que ouvidas, que essa demanda seja - na votação do zoneamento - acatada.

Os Subprefeitos querem falar agora ou depois das inscrições? Agora é melhor? O que vocês acham? Depois? Está bem.

Então vamos abrir a palavra aos inscritos em seguida ouviremos os representantes da mesa, ao final. (Pausa)

Chamo, primeiro, Sr. Kaká Social, do Instituto Caminho do Bem.

**O SR. KAKÁ SOCIAL** - Boa tarde à mesa. Boa tarde a todos, ou bom dia. Eu queria dizer o seguinte: tudo que foi colocado aqui é de suma importância e é uma realidade. Nós temos aí, se não existisse nesse local as Aldeias Indígenas, acho que nada disso existiria mais.

Quero colocar também esse excesso de construção da região. Nós temos que colocar Pirituba-Jaraguá numa questão de socorro. É uma questão de socorro porque vai faltar saúde, vai faltar transporte, vai faltar “ns” situações pelo excesso de construção que está acontecendo aqui na região. Nós temos aí várias nascentes se perdendo. Nós temos o Santa Mônica que se perdeu milhares de nascentes com a construção do novo condomínio. Nós temos as nascentes do Jaraguá que atravessa Pirituba, que estão se perdendo no caminho pelas construções. Os rios estão sendo desviados, as pessoas estão ficando sem água. A questão do

Meio Ambiente não é uma questão só nossa, ela é mundial. Se nós não lutarmos para obter essa diversificação, essa mudança, essa luta, esse questionamento agora no zoneamento, vai ficar muito mais difícil. Porque está havendo um excesso de construção. Nós estamos vindo aí com a MRV, acho que 40 mil novas famílias. Onde vai ter UBS, AMA, pronto-socorro para tanta gente que está chegando? Fora as construções que estão sendo inauguradas. Nós temos bairros, hoje, em Pirituba que se cair uma árvore na rua, ninguém sai, ninguém entra. Se você derrubar a ponte da Anhanguera, ninguém sai, ninguém entra. Nós temos uma ponte parada na Raimundo Pereira de Magalhães, hoje, que faz uma grande falta para nós e que ela vai ter essa reconstrução, mas não vai. Se nós começarmos a discutir o momento, nós temos que discutir daqui 10, 20 anos. O que nós estamos falando agora é a visão do futuro muito pior se nós não trabalharmos com seriedade, com objetivo de realmente fazer a coisa andar com carinho, olhar o ser humano com uma diferença grande, mas grande mesmo, porque as reclamações do Instituto, elas chegam todos os dias. As dificuldades de transporte, as dificuldades das UBS, das UPAs. Nós temos poucas UPAs para a região. A saúde faz o máximo que dá. Muitas vezes são criticados, por causa do excesso de pessoas. Com esse calor que está acontecendo, vocês imaginam se não existisse mais essa mata. Vamos fechar os olhos e pensar que isso aqui não existe. Se fosse só casa, invasão, o calor disso estaria muito maior. Nós temos perspectivas de amanhã, já registrado, parar todos os eventos de chão, porque talvez, a partir das 16, 17 horas, teremos ventos de 120 a 180 km por hora. O que é isso? Meio Ambiente. É não cuidar do Meio Ambiente, é não fazer um zoneamento corretamente, é não lutar pelas coisas que temos. Quando ele falou aqui dos bichos que tinham no Jaraguá, eu vim aqui no Jaraguá quando eu tinha 5, 6 anos. Então, nós perdemos muito nesse tempo todo. Muito obrigado a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Sr. Kaká. Peço que todos tentem respeitar os 3 minutos de inscrição.

Com a palavra o Sr. Agora é o Daniel Vera, da Tekoa Pindó Mirim.

**O SR. DANIEL VERA** - Bom dia a todos. Como só tenho 3 minutos, serei objetivo. Eu queria o mapa, novamente, e o laser. Por favor. Para ser objetivo, mostrar a área que a gente

está olhando. Estamos nessa área há 8 meses dentro do território dos 532 hectares. Estou vendo que vocês falaram que tem que ser área de Zepam. Observamos muito esse local, que está como área de Zepam, só que tem uma construção aqui que está devastada. Então, precisa ter uma fiscalização maior. Porque realmente em 7 meses eles desmataram muito. Tem ruas que não tem espaço na calçada para árvores. Nascentes estão sendo ameaçadas. Descobrimos algumas nascentes, que tinha nascentes que passavam para o bairro. Como os amigos falaram aqui, as nascentes são preocupantes pelo fato das construções. E esse é um olhar que eu não preciso falar nada. Eu acho que trazer aqui uma fala, que eu gosto muito do Krenak, que se os colonizadores tivessem chegado aqui com a intenção de entender o que era esse território, com os povos originários, teriam outra experiência. Eu mesmo sofri com o que o Djekupe falou. A minha família foi excluída, eu perdi minhas tradições e fui acolhido pelo povo Guarani para poder reaprender. E uma coisa que eu aprendi é abrir o coração quando a gente está ouvindo. Então, todas essas falas, eu acho que vocês todos têm que abrir o coração para ouvir e realmente entender o que a gente está falando. Entender que esses 500 anos de resistência desses povos é a preservação de tudo isso. Então, essa revisão, acho que é uma revisão geral, é uma revisão de tudo. Porque a gente vê o desmatamento, vê as construções lá e a gente vê o impacto. Aqui no Jaraguá, são 95 espécies de aves que não conseguem mais transitar, assim como o Djekupe falou da questão de Pirituba, a questão dos outros parques. É preciso rever isso com muita seriedade. Estar com esse diálogo bem alinhado com o povo do Jaraguá. É isso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Daniel. Daniel, depois, no final, se você puder passar o endereço para a gente poder fazer essa fiscalização, porque pelo que você mostrou, ali é uma área de Zepam que não poderia estar sendo desmatada.

Então, se você puder passar o endereço, para podermos acionar a Subprefeitura para fiscalizar?

**O SR. DANIEL VERA** – Claro. E lembrar que muitas noites a gente escuta tiros ao redor da nossa Tekoa. Então, nessa área, a gente não sabe, com frequência, a Guarda Municipal

Ambiental já foi lá e eles falaram que é difícil de estar vendo o que é, porque eles teriam que acampar para ver. Então, teria que aumentar essa fiscalização.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Passa o endereço, depois para nós.

Agora, o Sr. Karáí, da Aldeia Tekoa Pyau.

**O SR. KARÁÍ** - Bom dia a todos. Desde que eu cheguei no Jaraguá, observei muitas coisas que vêm em um avanço totalmente descontrolado, não somente de questões de empreendimento, mas também de questões de invasões e retirada ilegal de madeira. Tudo isso está acontecendo aqui no nosso território. E a gente faz um trabalho totalmente independente de reconhecimento, de fazer a própria segurança do território. É muito difícil poder estar aqui falando de uma lei e tudo mais, sendo que a gente já faz essas coisas há mais de 500 anos. Já estamos protegendo tudo aquilo que está restando hoje no nosso território. É o que nossos antepassados já defenderam e estamos aqui defendendo também. E essa questão de ouvir a comunidade, ela é de extrema importância para que a gente possa colocar nossas demandas e que elas não sejam somente ouvidas e depois esquecidas. Porque a gente já fez, a gente já lutou, já fizemos um monte de coisas. Audiências públicas a gente participou, a gente já falou, mesmo assim continua.

Eu fiquei assustado mesmo outro dia, porque eu fui dormir e quando acordei saí no quintal de casa e do outro lado da rua tinha uma placa dizendo que vai ter um empreendimento ali. E não é só questão de preocupação com a saúde pública, mas também a questão de criminalização da comunidade. O aumento que a gente vai sofrer de racismo e preconceito não está escrito aqui. E a gente já sofre muito disso. Então, quando a gente fala de questões de proteção ambiental, as pesquisas científicas mostram isso, que as maiores aliadas no combate ao aquecimento global são áreas de proteção ambiental e terras indígenas. Então, as terras indígenas têm sim um papel muito importante dentro da questão ambiental, de combate às mudanças climáticas, que estão hoje em dia muito desenfreadas, e a gente está aqui falando sobre isso mesmo, da questão do futuro das nossas crianças. O que estamos lutando e o que

vamos conquistar não é para nós, é para as futuras gerações. Para o meu filho, meus netos e tudo mais.

Então, eu quero que os senhores fiquem de coração aberto mesmo, como o Vera falou, para ouvir e entender, compreender que não somos contra o avanço, mas estamos aqui somente querendo o respeito dos nossos direitos. Está na Constituição, nas Leis Internacionais. É o respeito mínimo que a gente está pedindo. Nada mais além disso. Obrigado!

**A SRA. PRSIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Karáí.

Agora chamo a Sra. Patrícia Jaxuka, da Aldeia Tekoa Pyau.

**A SRA. PATRICIA JAXUKA** - Bom dia a todos, a todas. Estou muito feliz de poder estar aqui, de poder falar, porque nesse momento é tão importante para a gente poder falar, porque nós que somos moradores daqui a gente passa dificuldades, como nesse momento de calor.

Eu estava vindo, vendo as matas e agora eu estou aqui para falar, como eu sempre falo. Estamos aqui e não é de agora que começou o movimento dos povos indígenas, não é de agora que começou a nossa luta. Desde muitos anos, estamos lutando e a nossa luta continua. Como eu sempre falo, eu cresci aqui também e tinha muita natureza, mas com o tempo, eu não saio muito da aldeia, eu fico mais dentro da aldeia. Uma vez eu saí para lá e vi uma cena em que muitas árvores foram cortadas, e fiquei muito triste de ver e cada e vez mais a cidade crescendo. Para onde vamos correr com esse tempo de calor? Nós temos que cuidar da nossa natureza, das nossas árvores, para nós, para as nossas crianças, para nós todos. Então, nesse momento, estou muito feliz de poder estar aqui participando, de poder ouvir a fala de cada um, até dos (palavra em língua estrangeira), que eu sempre falo dessa liderança, porque hoje em dia é tão importante ao (palavra em língua estrangeira) que eu sempre falo, os homens, nós mulheres, *cunhã* também tem que estar na luta e falar dos nossos direitos, defender o nosso povo, de correr atrás para podermos conseguir o melhor para a nossa comunidade, e para nós também. Desde criança, que a gente chamava de o Clube, aquele espaço era tão importante para nós também. Uma vez a gente fez, a gente foi lá, lutou por aquele espaço, eu vi aquele espaço que mudou

muito, e eu fiquei triste, porque tinha muitas árvores, tentaram cortar, mas nós estávamos lá para proteger. Então, tem várias coisas da nossa preocupação para poder defender. Então, só queria falar um pouco, porque esse é um momento de oportunidade muito grande de poder falar e desabafar um pouco da nossa preocupação, porque eu estou falando de coração. Nesse momento eu falo isso - como sempre falo - eu sou mãe, eu cresci e tinha natureza e com o tempo a natureza está acabando e a cidade está crescendo. E daqui para frente, como é que meus filhos irão viver? Então, tem tudo isso. Eu sou mãe, luto por mim, pela minha comunidade, pelas crianças e pelo futuro.

Só queria falar um pouco, estou muito feliz de poder estar aqui, e esse é um momento de oportunidade muito grande de poder falar e o pessoal ouvir a nossa voz, a nossa fala aqui. Então, só queria agradecer.

Queria falar um pouco também para as pessoas daqui também...

- Exposição em língua indígena.

**A SRA. PATRÍCIA JAXUKA** – E outras pessoas também, só estou agradecendo, gratidão.

- Exposição em língua indígena.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Eu queria, na verdade, pedir desculpas por, às vezes, não pronunciar corretamente, mas, infelizmente, a gente vive num país que vocês são, muitas vezes, obrigados a aprender o português, mas nós não fomos obrigados a aprender o Guarani ou outra língua indígena, porque na escola tem alguns países que eu sei que são, acho que o Paraguai, me corrijam, o Paraguai é bilíngue, mas aqui no Brasil a outra língua que a gente é obrigado a aprender é o inglês. Nós deveríamos, nas nossas escolas, ter também uma língua indígena para a gente aprender, infelizmente, a gente não tem isso, é uma coisa que a gente tem de mudar culturalmente para a gente poder aprender a língua indígena e, não só os indígenas terem que aprender o português. Então, às vezes, desculpem-me mesmo por eu não saber pronunciar, mas eu gostaria muito de aprender a pronunciar corretamente, então, estou me esforçando aqui.

Então, chamo agora o próximo, que é o Henrique Macedo, do Movimento TICP Jaraguá.

**O SR. HENRIQUE MACEDO** – Boa tarde, licença aqui para falar, obrigado pelo espaço aí. Meu nome é Henrique, sou morador de Jaraguá, e faço parte do Movimento TICP Jaraguá, Perus e Anhanguera. Rapidamente, o que é o TICP? É um instrumento urbanístico que está contido no Plano Diretor, artigos 314 a 318. E ele vê essa região da cidade, região Noroeste, Jaraguá, Perus, Anhanguera, de forma integrada. De que forma? Educacional: na educação, na cultura, no meio ambiente e no patrimônio. Em breve, esse instrumento vai chegar à Câmara, o debate da sua regulamentação. E aí, eu vou, na ótica aqui do TICP, analisar esse espaço ali, que eu vou chamar didaticamente de quadradinho da tenda. Não é bem um quadrado, mas eu vou usar essa expressão didática. Porque ali você tem o quadradinho da tenda, como ZEIS e em torno a Zepam. Então, na ótica do movimento TICP, é um absurdo você ter ali como ZEIS e não como Zepam.

Por quê? A gente entende que ali deve virar uma área de Zepam, olhando sob a ótica do TICP. Primeiro, educacional. Se eu não me engano, uma das propostas do povo Guarani é que ali vire um centro ecológico. Então, imaginem o ganho para as escolas públicas aqui da região, você ter um Centro Ecológico Guarani, onde podem ocorrer visitas etc. Por exemplo, eu já tive a oportunidade de levar os alunos na Tekoa Itakupe, em 2018, e as minhas sobrinhas lá. E tenho certeza de que eles tiveram um grande ganho ali de aprendizagem. Pegando a cultura e o patrimônio imaterial.

A cultura Guarani, no nosso entender, é um patrimônio imaterial aqui do território Jaraguá. Então, se você tiver ali a construção dessas torres, você vai impactar a reprodução Guarani, da sua cultura e do seu patrimônio imaterial. Então, o movimento TICP se coloca contra.

E, por fim, a questão do meio ambiente. Foi falado sobre o tanto de árvores nativas ali da Mata Atlântica que foram derrubadas naquele território. Falando um pouco, em uma expressão periférica, o barato está ficando louco. Hoje, o bagulho vai chegar quase a 40 graus. A gente está sofrendo os impactos. Os investidores que vão lucrar com isso estão bem longe

daqui. Eles não vão sofrer o impacto que a gente sente aqui no território. Então, colocamos que é necessário que aquela área ali vire Zepam, na visão do Movimento TICP.

E, para finalizar, peço que vocês acompanhem a página do Instagram, porque futuramente, acredito que no ano que vem, virá o debate da regulamentação desse instrumento, que é para trazer recursos para essa região da cidade que é esquecida.

O Jaraguá, a galera não sabe se é oeste, se é norte, por isso que a gente coloca que é noroeste. É isso, galera. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Henrique. Chamo agora a Marta Medeiros, da Usina Eco-Cultural.

**A SRA. MARTA MEDEIROS** – Bom dia. Primeiramente, eu quero dizer o quanto eu me sinto honrada de estar na terra indígena, lembrando que a mãe do Brasil é indígena. Eu peço licença às lideranças femininas e às lideranças masculinas aqui do Jaraguá, e me apresento: meu nome é Marta Medeiros, eu fiz ciências sociais lá na faculdade, mas hoje milito de diversas formas, entre elas apoiando a causa indígena. Lembrando que nós temos muito o que aprender com os indígenas e fico muito sentida de não ter aprendido Guarani na escola.

Por que eu fiquei muito emocionada com a fala da liderança? Eu ouvi e abri o coração para ouvir o que foi dito em português. Agora, quando eu ouvi em Guarani, o coração reverberou. As lágrimas começaram a brotar. Ou seja, eu não entendi intelectualmente, mas o coração sentiu. Então, dessa forma, como disse o Daniel, para a gente abrir o coração para ouvir, a gente precisa ter o coração para agir. Ter a coragem do coração para mudar essa realidade. Então, a responsabilidade do Poder Executivo e do Poder Legislativo e nós, cidadãos, é poder fazer essa proteção e honrar a Mãe Terra. E honrar a natureza. Porque nós somos, além de filhos, coparticipantes. Nós somos irmãos dos animais, das árvores.

Só que São Paulo está virando um arranha-céu. Ou seja, está arranhando o céu. Porque São Paulo não é uma selva de pedra. É uma selva de cimento. Porque se fosse uma selva de pedra, seriam montanhas que a gente respeitaria. A Zona Norte é extremamente montanhosa. E no último vendaval que teve aqui, eu estava no horto florestal, quando a gente

foi indo embora, que dó ver as nossas irmãs árvores – porque estão enforcadas no cimento – caírem. Então, ou a gente desperta a consciência, ou a gente desperta a consciência de uma maneira forçada. O que nós temos de fazer enquanto responsáveis? A lei de zoneamento. Ótimo, façamos a nossa parte, cada um de nós. Admiro muito a resistência indígena, e nós estamos na luta. Então, vamos lá preservar junto com os nossos ancestrais de todas as formas. Nós temos uma história triste, uma história de desrespeito. Agora vamos corrigir. Vamos respeitar, vamos fortalecer. Vamos juntos nessa luta preservar o Jaraguá, que é indígena.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Marta. Chamo agora o último inscrito, que é o Henrique Martelli, da Juventude Travessia Jovem pelo Clima.

**O SR. HENRIQUE MARTERI** – Bom dia, eu sou o Henrique. Eu também sou morador aqui do Jaraguá e Pirituba. Eu estou tendo um grande prazer de vir poder aqui falar na frente das lideranças, dos Vereadores, Subprefeitos e de todos os outros indígenas e não indígenas. E eu queria dizer que é um dever nosso, que mora aqui no território, para com os indígenas, de ajudar e lutar na resistência desse território, que vem sendo invadido, que vem sendo tomado de maneira desenfreada e da forma mais cobiçada possível pelas empreiteiras, ou por alguns construtores de rodovias etc.

A gente vê as consequências dessa devastação, da destruição das florestas, das matas, não só aqui no Jaraguá, mas no país inteiro. A gente tem fortes enchentes no Sul; a gente tem a Amazônia agora em chamas e o Pantanal em chamas, que cobriu a cidade inteira de Manaus por uma fumaça. A gente já teve a cidade de São Paulo também coberta por uma fumaça, se não me engano, em 2019.

Vemos agora essa onda de calor intensa, que afeta principalmente as pessoas indígenas e mais pobres, por conta de não ter ar-condicionado, por conta de não ter ventilador em casa, por conta de não ter saneamento básico. Então, elas não estão preparadas para enfrentar essas mudanças.

Essas ondas de calor, essas fortes chuvas e ventanias que estão sempre revezando, que às vezes vem onda de calor, vem chuva e aí você não tem energia, você não consegue

aguentar aquele calor intenso, sem ventilador nem água fria, porque não tem como gelar água sem geladeira. E isso é um problema muito grave. Seja pela expansão da MRV aqui no bairro, seja pelas outras zonas de Zepam que não foram regulamentadas ainda. E eu queria dizer também que, além de a gente ter invadido, destruído o território dos indígenas, que o Brasil é território indígena, a gente agora está destruindo não só o Brasil, mas o mundo inteiro com essas mudanças climáticas.

Então, não é responsabilidade dos indígenas essas chuvas fortes, esses calores fortes. É nossa. A gente destruiu, a gente desmatou por esse modelo capitalista que visa sempre ao lucro, que visa sempre à destruição. E é responsabilidade nossa, mais nossa do que deles, porque eles não têm nenhuma responsabilidade pela destruição.

E eu queria finalizar isso agradecendo a todos. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** – A gente tinha mais duas inscrições, que são as últimas. Então, é a Luísa Silva Rafacho, que é moradora do Jaraguá. E depois a última, a Suêrda Deboa, que é do território, é moradora.

**A SRA. LUÍSA SILVA RAFACHO** – Boa tarde. Eu sou a Luísa e eu quero, assim, estou bem emocionada de falar, porque a gente sabe o quão importante é esse território. Peço aqui a licença para todo o povo Guarani e questiono o porquê de o Subprefeito não estar aqui hoje, do Jaraguá, de Pirituba/Jaraguá e os outros representantes governamentais aqui do território? Quero dizer que é um ataque o que a gente vem sofrendo. Desculpa aí, mas é forte. A juventude sente, as crianças sentem, porque vocês vão voltar para as suas casas, vocês vão voltar para os seus apartamentos, vão voltar para os seus privilégios, enquanto a gente aqui vê a destruição acontecendo sob os nossos olhos. E isso é muito revoltante, sabe.

A gente sabe que os governantes atuais não estão prestando atenção nisso. E a gente sabe que é uma guerra e temos de nos posicionar. Então, essa revisão de zoneamento, de zona, de território, de mapa, não importa nada se a gente não começar a pensar que estamos numa guerra. Que a gente sofre repressão policial por onde passamos e que a mídia só apaga tudo o que está escrito aqui há muitos anos.

Então é um apelo que eu faço, por que a gente não está desenvolvendo culturalmente e ambientalmente, sendo que já tem uma demarcação? Sendo que já tem uma Mata Atlântica? Por que sempre tem de ir para o lado contrário da destruição, e vivenciarmos esse genocídio, esse suicídio? São as nossas juventudes, tanto a juventude indígena, quanto a juventude não indígena, está se perdendo a cultura.

Porque sabemos, a gente está em casa, a gente está assistindo tudo isso, mas nós moradores estamos na mesma luta contra vocês. Então é um apelo para que essas políticas de revisão do território sejam contempladas na nossa vida, seja contemplado aquilo que a gente tem a oferecer. Porque a gente não quer acordar e ver, como o Diego falou, armas e repressão, e sair todo mundo de casa, não é isso que queremos.

Isso é uma guerra, gente. A cidade está em guerra. A gente sabe que tem um plano para destruir, e estamos lutando para salvar as nossas terras. O meu trabalho é cuidar da terra. Essa é a minha renda, eu sou jovem, eu tenho muita coisa para viver. E como eu vou falar que onde eu moro está acontecendo uma invasão? A gente não quer mais ver nenhum empreendimento acontecendo, queremos barrar, mas os malotes são grandes para comprar. Mas não estamos à venda. Só isso que eu tenho para falar.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Luísa. Agora a última, que é a Suêrda Deboa.

**A SRA. SUÊRDA DEBOA** – Bom dia, pessoal. Primeiramente, eu quero agradecer por estar aqui hoje, por estar vendo essa Mesa, por estarmos recebendo uma importante discussão, que é a lei de zoneamento em território indígena. Por nós estarmos discutindo hoje sobre a lei de zoneamento na terra indígena, no extremo da cidade de São Paulo, que é a região noroeste, que, como bem-dito aqui, não somos nem oeste, nem norte, a gente está no meio de tudo isso, no meio desse caos, e somos esquecidos e pouco ouvidos.

Eu hoje estou à frente do Espaço Cultural Morada Jaraguá, que foi contemplado pela lei de fomento à cultura da periferia, e é um espaço que está conectado com as demandas do território. Então, nós utilizamos – eu também faço parte do movimento pelo território, TICP,

Território de Interesse da Cultura e da Paisagem de Jaraguá, Perus e Anhanguera – e desenvolvemos atividades de formiguinha para poder conscientizar a população, assim como os povos Guarani, que residem aqui. Somos presenteados no território por estarmos com sete aldeias, sete comunidades, e ficamos na esperança de que ela aumente cada vez mais e que o pedido da Maria seja ouvido, de que tudo seja Zepam.

Somente a indústria imobiliária está sendo ouvida nesse Plano Diretor Estratégico. Então, é a vez de dar ouvido à população, dar ouvido à comunidade. Tudo está sendo construído sem consultar a comunidade. Quando se colocam apartamentos com a justificativa de ZEIS, e que vão, então, acabar com o déficit habitacional, isso é uma mentira, porque quem está na casa de palafita, nos rios, na beira do rio, não tem a mínima condição de adquirir esses apartamentos. E a iniciativa privada, a indústria imobiliária, está muito à frente de realmente quem faz a moradia, o déficit habitacional acontecer, que são os movimentos organizados de moradia, são movimentos das periferias, são movimentos de pessoas que realmente lutam pelo seu território e dialogam.

Então, o meu pedido era que acabasse com tudo isso. A gente tem vários apartamentos sendo construídos, muito próximos da estação do Jaraguá, por exemplo, onde não é pensada a questão de mobilidade, da infraestrutura urbana, de nada. Simplesmente constroem os apartamentos lá, sem estacionamento, gente. E aí acaba gerando um caos nas ruas, acaba gerando incômodo para os moradores que residem naquele local há tantos anos. Fora que, pelo fato de a indústria imobiliária estar avançando tanto nas áreas periféricas, nós também não estamos tendo mais o nosso direito ao nosso espaço, está expulsando a gente daqui, porque no momento que vêm esses apartamentos para cá, tudo encarece, tudo fica caro. Toda a luta da população por transporte, luta pesada mesmo por transporte, por moradia, enfim, tudo é destruído quando a gente acaba recebendo esses empreendimentos no nosso território, na nossa região e sem diálogo. Isso é muito sério.

Então, eu considero muito importante a vinda de vocês aqui. Também estou sentindo falta do Subprefeito, de alguma representação, do Subprefeito aqui da região. Como todos

sabem, aqui nós temos, dentro da macrozona, nós somos uma área de preservação. Então, o que teria que estar sendo discutido aqui é a preservação. E como a gente vai dialogar dentro das escolas, por exemplo, para trazer a pauta do meio ambiente. Aqui nós não temos nenhum curso na Zetec, no Instituto Federal, que fale sobre meio ambiente no local onde nós temos a vocação para esse tipo de setor.

Então, a minha fala é essa, gente. Eu espero ter conseguido dizer tudo o que eu queria, que vocês tenham ouvido e que a gente possa mudar esse Plano Diretor e a Lei de Zoneamento.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Suêrda. Convido agora todos os presentes na audiência a ouvir a palavra dos Subprefeitos ou representantes de Subprefeitos que estão na Mesa. (Pausa) Roberto de Godoy Carneiro. (Pausa)

**O SR. MARCELO DOS ANJOS PINHEIRO** – Estou representando o Sr. Roberto de Godoy Carneiro.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Tem a palavra o Sr. Marcelo dos Anjos Pinheiro, representando a Subprefeitura da Vila Guilherme e Vila Maria.

**O SR. MARCELO DOS ANJOS PINHEIRO** – Boa tarde a todos e a todas. Essa é a terceira audiência pública que eu presencio, a que eu compareço representando a subprefeitura. Estou hoje com Chefe de Gabinete da Subprefeitura de Vila Maria e Vila Guilherme, na zona Norte I. Estou pertinho da Cantareira, que tem um bioma gigantesco, carece de um olhar, de uma preservação e tem sempre movimentos engajados.

Falei que participei pela terceira vez, mas eu estou totalmente sensibilizado com o que presenciei hoje aqui. Queria chamar todo mundo aqui de brasileiro, em alto e bom som, pois são povos originários desta *Terra Brasilis*, que foi realmente, na concepção histórica, deturpada, invadida, não descoberta. Então, esse é o meu primeiro contato tão próximo de vocês, povos originários. Não me sinto com propriedade para falar a respeito, mas com uma propriedade que está imbuída em mim e em qualquer ser humano que presenciou o que eu presenciei hoje.

Estamos falando de uma lei de zoneamento que precisa ser revista, precisa ser estudada, porque a cidade cresce, a cidade se desenvolve. Mas, o que cabe hoje é preservação. Temos que pensar em crescimento? A cidade é gigantesca. Eu vou falar em preservação na Praça da Sé, na Paulista, na Berrini? Aqui cabe a ideia de preservação; senão, é demagogia pura. Aqui ainda dá para se falar em preservação. E aqui é necessário um olhar não só pensando no bioma, mas no ser humano que habita essa terra e tem o direito de vê-la preservada junto com sua cultura.

Você disse que há muita gente dentro do nosso sistema e falou da ideia de que somos ou nos tornamos proprietários da terra. Acho que foi muito apropriada a tua fala quando você disse que nós somos pertencentes à terra. Somos um com o universo, com cada ser que habita este Planeta. Então, a terra é o nosso chão, de onde tudo brota e provém. É partir da terra que a gente consegue se identificar.

A gente fala de território, e essa preservação, essa proteção passa por garantia de direitos. Falamos aqui da Constituição Federal, da nossa Carta Magna. Embora não fosse apropriado dizer que ninguém está pedindo nada, a conotação que se dá, a necessidade que eu vejo aqui é a de implorar para que se garanta direitos previstos na Constituição.

Silvia, parabéns pela tua condução, pela tua iniciativa, pela sua vereança. As 32 subprefeituras estão sendo convocadas a participar, a se engajar, a refletir e levar para suas regiões as ideias que estão sendo debatidas aqui e o conteúdo das oitivas que temos absorvido nessas audiências. Então, queria te parabenizar hoje aqui pela condução do evento, por essa iniciativa de vir, de mobilizar e de fazer absoluta questão de que fosse aqui, neste ambiente, a realização dessa audiência pública. Agradeço imensamente pela oportunidade imensamente. Obrigado, gente.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Marcelo, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Vila Guilherme e Vila Maria. Chamo agora próximo orador, Sr. Vladimir Fernandes, representante da Subprefeitura da Casa Verde-Cachoeirinha, Sr. Vladimir Fernandes.

**O SR. VLADIMIR FERNANDES DE ALMEIDA** - Senhoras, senhores, é uma grande honra estar aqui hoje. Primeiro, não posso deixar de dizer, Sílvia, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui vivendo esse ambiente gostoso, maravilhoso, de resistência; e, ainda mais na Semana da Consciência Negra, somar a essa energia de resistência, de todo o povo que aqui se encontra. As palavras que foram ditas, a aula de história que foi dada, tudo isso é muito importante. Agradeço de coração.

Pertenço a uma região que é uma região de negros. Nós ali hoje temos a subprefeitura, que trabalha de portas abertas, e é assim que tem que ser. Ali hoje nós temos um trabalho muito grande a ser feito, por isso a gente entende muito bem o que é essa resistência, o que é esse trabalho de ir lá, bater à subprefeitura. Aliás, é o bairro onde moro, onde estudei e fui professor. Então, hoje é um grande orgulho estar na máquina e receber as pessoas de portas abertas. Essa é a tônica da subprefeitura como um todo. Nós estamos hoje com dois parques ali sendo inaugurados, dois parques municipais – a questão ambiental é maravilhosa nesse aspecto.

Quero dizer a todos vocês que o futuro chegou. O que a gente vive hoje, desse drama que já se desenhou lá atrás com a falta de água em São Paulo, está mostrando para nós que algo tem que ser feito e aprendido com os povos indígenas, na forma desse olhar pela natureza e para o próximo.

Sou químico em uma das minhas formações. Um químico já falecido, Otto Gottlieb, dizia muito sobre o olhar pela floresta. E olha que uma das indústrias que mais polui é a indústria química. Mas o olhar que alguns químicos têm é extraordinário; o olhar para o povo da floresta, para aqueles seres que são invisíveis, mas que são importantes para todo o equilíbrio ecológico, que afeta e vai afetar a população futura. As indústrias de cosméticos observaram muito isso. Ganham milhões e milhões com os chamados produtos naturais, tirados das florestas, e pouco transformam isso em atividades para aqueles povos indígenas.

Hoje vemos essas transformações no clima, e ele veio para ficar. Nós, como gestores públicos, temos que ter esse olhar de não evitarmos mais as transformações. Que a gente tenha

um olhar realmente de fazer com que o meio ambiente e os povos originários sejam respeitados.

Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui com vocês representando o Subprefeito, e o que puder ser feito na nossa região, se vocês tiverem algum contato e precisarem, estaremos de portas abertas. Vereadora, o mesmo para a senhora também. Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Vladimir. Agora eu chamo o Subprefeito da Freguesia do Ó-Brasilândia, Sr. Sérgio Rodrigues Gonelli.

**O SR. SÉRGIO RODRIGUES GONELLI** - Boa tarde a todos. Parabenizo a Vereadora Sílvia pela condução da audiência pública, assim como todo o povo indígena e suas lideranças.

Realmente, hoje recebemos uma aula sobre meio ambiente e história. Como gestores públicos, vemos realmente essa necessidade. Sou morador do território, sou nascido e criado na Brasilândia, mas vim muito ao Parque do Jaraguá. O Pico do Jaraguá era uma das áreas onde a gente fazia muitas visitas.

Com a aproximação de vários empreendimentos, temos que questionar a forma como está sendo feita essa compensação ambiental: sem ouvir a comunidade local. Ouvimos o apontamento feito pelo outro indígena, sobre uma área que já foi desmatada; nós passamos o mesmo sufoco na Administração Pública, porque eles são muito rápidos para fazer. Então, nós dependemos muito dessa parceria também de toda a comunidade para que a gente possa chegar a tempo de evitar um mal maior.

Nós temos ali na Vila Brasilândia uma área de amortecimento do Parque Estadual da Cantareira, e a gente sente muito isso. Muitas vezes, quando somos avisados, já tem várias outras casas construídas, até porque nós não temos braços para alcançar tudo. Temos feito o possível, inclusive com o apoio da Guarda Municipal, através de drones, fazendo o acompanhamento semanalmente para ver se estão adentrando ou não nessa área, porque, daqui a pouco, iremos perder também aquele espaço.

A gente entende que a mudança climática vem trazendo esses problemas todos pelos quais estamos passando. Hoje e amanhã estamos com sinal de alerta para ventos fortes,

podendo ocasionar várias quedas de árvores e outros incidentes. Então, a gente realmente tem que se atentar para isto: o meio ambiente como a melhor forma que se tem hoje para preservação, para tentar fazer essa mudança.

Eu vejo que tanto o Prefeito Ricardo Nunes como a Câmara Municipal estão muito empenhados nisso quando colocam que vocês devem ser ouvidos; talvez tardiamente, mas ainda assim estão sendo ouvidos. Esse é o momento. E tudo que vocês colocaram aqui está sendo levado para a Comissão para ser avaliado, para tentar trabalhar essas mudanças que venham a prejudicar ainda mais. Porque o que aconteceu, infelizmente, é difícil de recuperar. É possível, mas é muito mais difícil. O que a gente tem que fazer é a preservação atual.

Só tenho a parabenizar a Câmara Municipal por ter aberto esse espaço, principalmente aqui, numa área indígena, trazendo essa discussão para dentro de onde vocês estão vivendo momentos de ansiedade pela aproximação desses novos empreendimentos, que têm trazido prejuízo a vocês.

Realmente, só tenho a parabenizar a condução da Vereadora Silvia. Tenho participado de várias audiências públicas, todas que remetem ao nosso território. Sou da Norte, mas a Norte se junta com a Noroeste, faz uma parte, e a gente tem procurado realmente participar de todas elas justamente porque cada território tem a sua especificidade, algo a ser discutido em particular. Realmente, só tenho a agradecer por tudo o que ouvi aqui do Sérgio, da Ju, do Thiago, da Maria e dos outros indígenas, que colocaram os seus anseios.

Parabenizo a todos, que Deus os abençoe grandemente. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Sérgio. Lembrando que o relator da revisão é o Vereador Rodrigo Goulart. Ele não pôde vir hoje de manhã, está em uma outra audiência pública, mas tudo será passado a ele. Toda essa demanda de transformação das áreas fronteiriças em Zepams vai ser passada para o relator ainda hoje, porque à tarde a gente tem outra audiência pública, no Bixiga, onde ele vai estar.

Quero também contar com a ajuda dos subprefeitos para a gente conseguir, de fato, na votação do zoneamento, transformar essa demanda legítima do povo indígena daqui em

realidade; para transformar a demarcação do zoneamento para que essas áreas reivindicadas sejam realmente ZEPAM.

Passo agora para o Sr. Alex José de Oliveira Marchiorato, representando a Subprefeitura Jaçanã/Tremembé.

**O SR. ALEX JOSÉ DE OLIVEIRA MARCHIORATO** - Boa tarde a todos. É imensa a gratidão de estar aqui na aldeia. Para mim, é a primeira vez. Suas palavras foram profundas para mim e acho que também para todos da Mesa e os presentes. Estou representando o Subprefeito Fábio Polillo, que manda a todos um abraço, pois não pôde estar presente.

Parabenizo também a Vereadora Sílvia por trazer a Câmara Municipal para dentro de uma aldeia, onde a gente vê tantas necessidades. Faço parte do Jaçanã/Tremembé, onde a gente tem também uma área muito grande, a Serra da Cantareira, que, como falou o meu antecessor, tem vários problemas, não diferentes dos de vocês. Só que aqui vocês têm uma história, vocês têm toda uma hegemonia criada, que a gente desconhece, mas que nos sensibilizou muito.

Parabenizo a sua liderança, fui liderança também um dia, hoje estou do outro lado, fazendo parte do Poder Público, e a gente nunca pode desistir. Cada um de vocês aqui tem sua identidade e luta; vocês nos trazem um assunto muito delicado e têm todo o nosso apoio. Não consigo mais falar porque estou muito emocionado. Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** – Obrigada, Alex. Passo agora para o Sr. Marcelo Barbosa, o representando o Sr. Marcos Zerbini, Subprefeito de Pirituba-Jaraguá.

**O SR MARCELO BARBOSA** - Senhoras e senhores, boa tarde. Primeiramente, eu quero pedir desculpas pelo nosso subprefeito, que não pôde estar aqui na data de hoje, mas com certeza absoluta eu teria que estar aqui. Porque, como a maioria sabe, nós somos quase 500 mil habitantes hoje em Pirituba-Jaraguá. Dividimos Pirituba-Jaraguá em quatro territórios e representantes desses territórios. E particularmente no Pico do Jaraguá, na terra indígena, sou eu o representante. Sou o interlocutor direto entre tudo o que acontece nessa região e a

subprefeitura. Então, na verdade, não há pessoa mais adequada para estar aqui ouvindo vocês e sabendo o que está acontecendo.

Quero parabenizar a condução da Mesa, realmente fantástica, e também agradecer por estar aqui. Tudo o que eu ouvi aqui hoje já venho acompanhando há 30 anos. Sou morador daqui, do lado da casa de vocês, literalmente do lado. Ouvi todas as manifestações que vocês fizeram aqui ao redor, acompanhei na Bandeirantes, acompanhei aqui embaixo, inclusive estava em algumas delas na época. Então, não é de hoje que eu conheço aqui.

Para vocês terem uma ideia, eu fui nascido e criado na Freguesia do Ó, onde vivi por 21 anos, e estou há 23 anos nessa região, no Jaraguá. Assim como o nosso querido Gonelli frequentou o Pico do Jaraguá, eu também andei no Pico do Jaraguá durante anos e anos e estou no território. Então, a luta de vocês é extremamente pertinente; isso tem que ficar muito claro.

Tudo o que está acontecendo aqui em Pirituba, Jaraguá, nós sabemos, sem dúvida alguma. Tudo que vocês passaram aqui, nós também sabemos, sem dúvida alguma. Em relação aos empreendimentos de que vocês estão falando, nós também sabemos de tudo que está acontecendo em todo o território. Agora, o que que não acontece – e que, espero, a partir dessa audiência pública onde vocês estão me conhecendo de perto, realmente venha a acontecer - é a aproximação com a Subprefeitura. E ela está de portas abertas para vocês.

Que vocês possam vir, realmente venham em meu nome, me procurem, vão até a SUB, façam isso coerentemente. Porque a falta de informação também ocasiona algumas coisas que, particularmente, a gente vê, mas, diretamente, a gente não sabe o que é.

Sobre algumas invasões que foram colocadas aqui. De verdade, ainda não sabemos se são invasões ou se são construções dentro do território de vocês, que, eventualmente, são vocês mesmos. Outras particularidades acontecem, e também nós temos de tomar de conta, mas, quando a informação não chega à Subprefeitura, fica muito complicado. Por isso, peço, a partir de hoje, que um representante, uma comissão, ou quem seja indicado por vocês que, literalmente, se cheguem à Subprefeitura. Deve ser livre mesmo, porque vocês precisam disso e a preservação precisa ser feita. A preservação precisa acontecer.

Todo mundo sabe o que aconteceu com a MRV aqui; todo mundo viu o que aconteceu. E já temos um plano, pelo qual 20% das árvores que tinham previsão de replante, já foram replantadas na Cantareira. Ainda faltam 80% dessas árvores. E quem é que vai decidir onde colocá-las? Quem é que vai vir até nós e conversar para que esse replantio seja feito?

Portanto, uma comissão como essa precisa estar conosco, a fim de que possamos até mesmo repaginar o local, bem como preservar outros espaços. Precisamos muito que vocês estejam conosco e também nós com vocês para que isso aconteça.

Quero aqui me sensibilizar por tudo o que aconteceu, por tudo o que vem acontecendo, e dizer que precisamos estar juntos para construir; para eliminar o máximo possível do que está acontecendo aqui em Pirituba- Jaraguá, pois também sinto essa dor por ser morador, por ver isso todo dia, por saber o que está acontecendo, perceber o trânsito e tantas "n" situações que enfrentamos atualmente.

---

Por favor, contem com a Subprefeitura Pirituba - Jaraguá, contem conosco, nos procurem, para que possamos, repito, construir algo e também diminuir os problemas o máximo possível. Agradeço. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada. Lembrando que as Subprefeituras, hoje, estão muito desfalcadas de fiscalização. Nesse sentido, uma das questões é que elas precisam de mais funcionários para poderem cumprir esse papel de fiscalizar e, assim, essas áreas continuem sendo preservadas.

Ressaltando também que essa demarcação no zoneamento é importante para que se possa delimitar a área onde a empresa Tenda quer construir o empreendimento. Ela tentou construir, foi embargado, mas o Thiago estava me falando que não está mais embargado, então temos aí um risco muito iminente deles voltarem a fazer o empreendimento. Portanto, é muito urgente que consigamos, neste zoneamento, definir essa área como Zepam, para que esse risco não mais aconteça. Percebem? Estamos no momento certo, porque, justamente, o zoneamento será votado este ano ainda na Câmara Municipal.

É fundamental, não só que essa audiência esteja acontecendo, mas que também, no

momento em que for acontecer a votação, tenhamos essa mobilização no sentido de garantir que essa área seja demarcada como Zepam.

Vou passar agora para as lideranças indígenas poderem fazer o encerramento. Passo a palavra, primeiro, para o Sérgio, é isso? (Pausa) O Sérgio, que é cacique aqui.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PORAN** - Ah, microfone, obrigada. É só uma pergunta, desculpa interromper. Toda a área verde seria Zepam, o quadradinho da Tenda não é, então, significa que essa área aqui do lado, onde tem uma placa que vai construir torres, que vai construir casas, que vai construir apartamentos populares, está dentro do Zepam. Se está dentro do Zepam, mas foi liberado para construir, como o Zepam realmente garante a preservação da área? Isso é real? Ou o Zepam é apenas uma nomenclatura que diz “pode ser preservado”?

E também gostaria de entender o que é Zepam. Vocês estão falando Zepam, Z1, Z2, ZN, “zê não sei dos quê”, me desculpem, mas eu não sei o que é, não entendo. Por isso que eu queria saber o que é Zepam e se ela realmente protege contra o desmatamento.

**A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista)** - Está bem. Primeiro vou passar para o Thiago, depois para o Sérgio. (Pausa) Você vai falar também? O Thiago falou que ele mesmo vai explicar.

**O SR. THIAGO HENRIQUE KARAI DJEKUPE** - Na verdade, quando falamos que a área da Tenda se tornou uma ZEIS é porque não é delimitado exatamente a área da Tenda, pois ali é o antigo Clube Sul Rio Grandense, mas eles delimitaram uma área ampla.

Essa área ampla, pelo que o proprietário dessa área diz é que eles estão dentro da ZEIS e, por isso, eles pleitearam e compraram para fazer esse empreendimento com cunho social. Mas não existe um limite geográfico demarcado nem como ZEIS nem como Zepam, como vemos no mapinha. Então é muito confuso isso.

A FUNAI já foi ao local tentar fazer essa fiscalização, não conseguiu. E eu acredito que a pergunta que a Poran fez é uma provocação também para que vocês vão até a área com profissionais ali na região para delimitar se está dentro de uma ZEIS.

Bom, na verdade, eu queria considerar uma situação que o representante da Subprefeitura nos trouxe. Você falou de 20% de árvores que já estão sendo replantadas, e que 80% precisamos decidir para serem replantadas. Isso está errado.

Veja: quando se tem um empreendimento tão próximo à terra indígena, é necessário respeitar a Portaria Interministerial 060/2015, que nos garante o estudo de impacto ambiental e sociocultural com componente indígena. Isso é lei. Repito: isso é lei. Lei não se discute.

A partir do momento que esse empreendimento foi regulamentado pela Prefeitura, pela Subprefeitura, por quem quer que seja, sem nossa participação, e sem o respeito a essa lei, vocês podem plantar milhões de árvores, vocês vão continuar cometendo crimes sobre o nosso direito.

Então acho que não cabe nem a nós decidir onde vai ser plantada uma árvore ou outra. Tem que ser discutido o estudo de impacto. Esse estudo de impacto não está sendo feito. Se o estudo de impacto não está sendo feito, nós não teremos um laudo para dizer qual vai ser a proposta de minimização desses impactos.

Ademais, se o senhor não estava ciente, hoje, nessa audiência pública, o senhor está ciente. Esse empreendimento tão próximo à terra indígena está infringindo o nosso direito e ele não pode acontecer sem um estudo de impacto ambiental e sociocultural com componente indígena. Não pode. Porque, se não, a lei não vale de nada. Se a lei não vale para nós, por que a lei vale para o branco? Então, isso precisa ser pensado. Não adianta vir aqui e falar assim: “Olha, já tem lá, já derrubou e tal, mas agora a gente vai plantar árvore”. Não é isso. O impacto não é só plantar árvore.

Nessa audiência já foi exposto por vários guerreiros e guerreiras que vieram aqui, não vou lembrar os nomes de todos, mas é a questão logística, é a questão do acesso à saúde, é a questão do acesso à água, é a questão de mobilidade, e é a questão de invasão cultural. Isso tudo tem de ser inserido dentro de um processo.

A Fazenda Itahyê, lá do outro lado da Anhanguera, uma área de mais de 4 mil hectares, vai construir um empreendimento. Eles estão mais ou menos a um quilômetro do seu

limite, na terra indígena, e eles estão fazendo o estudo de impacto ambiental e sociocultural com componente indígena, eles estão respeitando a lei.

E mesmo quando a FUNAI, no Governo Bolsonaro, disse a eles assim: “Olha, não precisa, não precisa vocês respeitarem a família, dona desse empreendimento”, eles mesmos disseram: “Não, nós vamos fazer. Nós precisamos saber quais são os impactos para saber como vamos lidar com esses impactos”

Essa empreiteira, CRV, ou a Construtora Tenda, ou essa outra que chegou aqui agora do ladinho, do terreno da Tenda, eles não querem fazer o estudo. Mas é o estudo que vai dizer qual é o impacto. Não somos nós.

Vocês não podem chegar aqui hoje, citando como exemplo, e falar assim: “Olha, a gente vai dar isso para vocês; vai ser desse jeito, vai ser daquele jeito”. Não é assim que funciona. Da mesma forma, nós não podemos chegar aqui e falar assim: “Nós somos contra ou nós somos a favor”. Aliás, em nenhum momento nós estamos discutindo se nós somos contra ou a favor. Nós estamos dizendo que o estudo de impacto é um direito e esse direito tem de ser respeitado. Então revejam isso, dialoguem com o Subprefeito, dialoguem dentro da sua Prefeitura.

Devo alertar que vocês estão cometendo um erro gravíssimo, e esse erro vai pesar. E nós vamos continuar cobrando e vamos continuar denunciando, mesmo sobre tanta ameaça. Isso tem de ficar muito claro para cada um aqui.

O empreendimento que está acontecendo do lado de lá do Pico, onde hoje temos a Pindó Mirim, aquela construção para acontecer - sendo popular ou não - tem de passar por um estudo de impacto ambiental e sociocultural componente indígena. É lei, é regra.

E nós temos de ter a consulta livre, prévia, informada e de boa fé, como diz a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário e esse é o nosso direito. Então vocês precisam respeitar. É o mínimo! Estou falando do mínimo aqui, do básico. É o básico! É o básico.

Sobre essa área que a Construtora Tenda adquiriu, o Procurador Matheus Baraldi, do Ministério Público Federal, tentou arquivar o processo alegando que, por estamos próximos a bares e postos de gasolinas, ferrovias e rodovias, nós não seríamos mais sujeitos de direito

indígena, porque estaríamos acostumados com o impacto da cidade.

Então, por isso, ele tentou arquivar o processo, mas a nossa comissão entrou com uma ação dentro do Ministério Público e conseguiu tirá-lo da diligência, e daí o processo não foi arquivado. Provamos que ele estava errado, que essa proposta de arquivamento era um tanto racista também, porque não é o não indígena que vai definir se nós somos ou não somos povo guarani, não é não indígena que vai definir a nossa identidade, muito menos negar a nossa identidade.

Só que a juíza do caso deu uma sentença favorável à Construtora Tenda, usando os mesmos argumentos do procurador que tentou arquivar o processo. Então, hoje, a Construtora Tenda pode, em tese, em primeira instância, a qualquer momento, devastar ali e construir.

Já veio muita gente aqui falar que não, que a Tenda desistiu, que a Subprefeitura, a Prefeitura vai transformar em um parque municipal, com a proposta indígena e tudo mais, mas isso não é verdade. A construtora tem o direito, em primeira instância, de construir.

Eles só não fizeram ainda, porque está sendo articulado e discutido o Plano Diretor e o Plano de Zoneamento. É só por isso que eles ainda não deram um passo para frente. E nós vamos recorrer em segunda instância. Vamos nos expor o nosso corpo e espírito para não deixar que esse empreendimento saia. Porque é o nosso direito.

Quando nós ocupamos o terreno, que hoje chamamos de terreno da Tenda, porque ela adquiriu o antigo clube Sul Rio Grandense, nós não estávamos ali reivindicando para que fosse uma terra indígena, não estávamos ali reivindicando, dizendo que nós éramos contra o empreendimento. Estávamos ali reivindicando o nosso direito de estudo, o nosso direito garantido fosse respeitado.

Quando trouxeram uma contraproposta, dizendo: "Ah, não, então a gente vai construir, mas esse beiral de preservação do rio fica para a aldeia", nós falamos: "Opa, é uma conciliação? Então é uma proposta? Vamos discutir a proposta?"

A partir daí, fizemos outra contraproposta: "Não, vocês pegam transferência de potencial construtivo, constroem na cidade, porque isso já foi feito em outros casos, pegam

transferência de potencial construtivo, constroem na cidade e, ali, se transforma mesmo num parque municipal, com um centro de memória, com uma vivência, com catadores, com pessoas que trabalham - aqueles não indígenas que trabalham -, com a questão da preservação do meio ambiente, e nós podemos ter ali um lugar de estudo, de troca de memória”. Então foi dessa forma.

Mas, hoje, pensar que qualquer um desses empreendimentos está acontecendo aqui ao nosso redor é regularizado, isso não é um fato. A Prefeitura está nos negando o nosso direito. Vocês podem ser favoráveis ao Sr. Ricardo Nunes ou não, podem gostar dele ou não, mas o que eu estou dizendo, aqui, não é nem questão de gostar ou não gostar, é questão de direito.

Nesses casos, hoje, a Prefeitura de São Paulo está infringindo o nosso direito. Peço e quero que você leve isso para dentro da Subprefeitura. Repito: a Portaria Interministerial 060/2015, a Convenção 169 da OIT não está sendo respeitada. (Palmas)

---

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Obrigada, Thiago.

Para encerrarmos, temos até as 13h para a Comissão poder sair e se dirigir para outra audiência, então a ideia seria o seguinte: passar ao Cacique Sérgio, como últimas palavras, e depois, teremos uma apresentação de encerramento do Coral Guarani. Peço, assim, que todo mundo fique para apreciar esse final.

Nesse momento, então, passo a palavra para o Sérgio.

- Exposição em língua indígena.

**O SR. SÉRGIO FERNANDES** – Bom, primeiramente agradecer mesmo a todos os representantes da Subprefeitura, à Silvia, nossa Vereadora, foi muito bom, foi bem produtiva essa conversa. O que desejamos realmente é que sejamos ouvidos. Mas que essas demandas sejam cumpridas. E mais um pedido: que essa área da Tenda se transforme em área ecológica. É isso que desejamos.

Na verdade, também não queremos mais empreendimentos perto do nosso território, porque impacta muito as nossas vidas. Isso tudo já foi dito por todas as pessoas que falaram aqui.

Sabemos o quanto isso nos afeta, porque a gente caminha aqui, as crianças caminham aqui, então observamos o movimento dos carros aumentando, há muito trânsito na estrada turística, e as nossas crianças correm risco de serem atropeladas. Então o nosso pedido é esse. Por favor, vamos parar de ser gananciosos e, realmente, nos preocupar com a vida. Acho que isso é o mais importante: se preocupar com a vida. Nossa vida é única, por isso tem de cuidar, tem de zelar pela nossa vida. Isso é o mais importante.

Quero agradecer muito à minha comunidade por estar aqui, e também aos demais convidados que estiveram presentes e a todos os moradores da nossa região, Jaraguá, Pirituba. Sou muito grato mesmo por vocês estarem aqui.

Acho que é nosso dever cuidar do último espaço, do restante que ainda temos de Mata Atlântica. Também é nosso dever cuidar do nosso espaço, que é onde nossas famílias frequentam. É um refúgio, muitas vezes, do calor, outras tantas pessoas vêm curtir com sua família. Então é isso que é muito importante para nós, e para todos: preservar mesmo a natureza, essa região que é o Pico do Jaraguá, Jaraguá e Pirituba.

E eu agradeço muito a presença de todos.

- Exposição em língua indígena.

- Palmas.

**A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista)** - Então vou encerrar oficialmente a audiência, mas não terminamos antes de ouvir a apresentação, está bem?

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada essa audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde. E agora passemos à parte da apresentação pedida aqui pela comunidade.

- Apresentação musical.